



A primeira visita de JK ao planalto central. O político não dispensou o café de uma provável eleitora



As obras do Congresso em 1959

Do sonho de Tiradentes às lágrimas de JK

Se eleito, prometo cumprir rigorosamente a Constituição!

No palanque mal iluminado do interior do Centro-Oeste, o candidato, fazia um grande esforço de oratória para manter a atenção do seu público. Afinal, era uma campanha renhida, de eleições presidenciais. Todo tipo de esforço precisava ser feito. Nesse momento, a pequena cidade de Jataí, entrou definitivamente na história brasileira. Do meio da multidão, uma voz interpelou o candidato: cumprir a Constituição inclusive no que se refere a mudança da capital federal para o Planalto Central?

A pergunta, feita pelo cidadão Antônio Carvalho Soares, conhecido como Toniquinho, foi res-

pondida afirmativamente pelo candidato à Presidência da República, Juscelino Kubitschek de Oliveira. Primeiro como resposta de político em véspera de eleição, depois como obra de um visionário que acreditou no sonho.

Brasília, assim, nascia marcada pela coragem anônima de um popular que interpelou um candidato, a presidente e da fixação de um político que, depois de eleito, se dispôs a qualquer tipo de sacrifício para honrar mais do que um compromisso de campanha, para cumprir uma determinação pessoal de interiorizar o desenvolvimento do país. Esse diálogo marcante teve lugar na noite de 4 de abril de 1955.

A idéia, de transferir a capital brasileira para o centro do país não

era nova. Entre as muitas propostas que trazia, a Inconfidência Mineira também pregava a transferência da sede do governo central. Os Inconfidentes queriam uma capital em Minas Gerais e argumentavam que essa seria a única forma de quebrar o isolamento a que a maior parte do país, estava submetido. Eles foram derrotados, mas entre as muitas idéias que defendiam e que depois se tornaram realidade também esta foi levada em frente. E quis a história que outro mineiro fosse o seu executor.

O nome da nova capital igualmente, estava escolhido há muito tempo. Documentos do Império indicam que o Patriarca José Bonifácio doutrinava em seus pare-

ceres políticos que a mudança deveria ser feita com rapidez, e que o nome da nova sede do governo deveria ser Brasília. Os governantes imperiais, no entanto, não conseguiram, realizar a tarefa, considerada utópica pelas principais forças políticas brasileiras da época. Além disso, o desconhecimento da região central brasileira não fornecia maiores argumentos nem mesmo aos que, teoricamente, defendiam a interiorização do governo central.

A República veio para repetir o imperial tratamento dispensado à idéia. Mais hábeis, os constituintes republicanos tiveram a preocupação de fazer constar a intenção no texto da Magna Carta. Uma emenda, de autoria do deputado Lauro Müller, provocou um debate sem fim, acalorado, dominado pelas paixões partidárias da época. Finalmente, em 22 de dezembro de 1890, a emenda foi aprovada e a transferência da capital para o Planalto Central foi inscrita definitivamente entre os preceitos constitucionais brasileiros.

No ano seguinte a nova Constituição ratificou a idéia e o presidente, Marechal Floriano Peixoto, em 1892, determinou a formação de uma comissão com o objetivo de viajar ao Planalto Central e demarcar a área do futuro Distrito Federal. Em sua exposição de motivos, o Marechal de Ferro referiu-se a uma "necessidade inadiável de mudar a capital da União". Por força dessa decisão é que veio para o Planalto Central, a hoje famosa missão Luis Cruls, nome do diretor do Observatório Astronômico do Rio de Janeiro, que chefiou a expedição demarcatória.

A missão veio, trabalhou, fez levantamentos topográficos, des-
cubriu fontes de energia, estimou a

fertilidade do solo, descreveu a
fauna e a flora, e, também, lançou em seus estudos os primeiros registros escritos sobre a beleza panorâmica da região. Depois, como para lembrar-nos de que esse é um vício histórico, foi dissolvida por falta de verba. Por um bom tempo ninguém mais falou sobre o assunto, da mudança, nem sobre o trabalho da missão Cruls.

Até que em 1919, o senador Chermont voltou a abordar o tema, através de proposta de resolução que determinava o lançamento, pelo Governo Federal, da pedra fundamental, da nova capital, na região demarcada pela Missão Cruls. O que foi feito, com solenidades e horas de estilo, a 7 de setembro de 1922. A pedra fundamental, foi lançada pelo engenheiro Ernesto Balduíno de Almeida, diretor da Estrada de Ferro de Goiás, nas proximidades da cidade-satélite de Planaltina, então município goiano.

Em 1934 Getúlio Vargas promulgava uma nova Constituição para o país, mantendo em suas Disposições Transitorias, a determinação de transferir a capital. Ignorando, no entanto, o trabalho já feito, a Constituição de 34 fala na criação de uma comissão para estudar o assunto e escolher, entre várias localidades, a que seria eleita como sede do Distrito Federal. Voltava-se praticamente a estaca zero. Em 1937, ditador, Getúlio Vargas outorgava nova Constituição ao Brasil, com referências muito vagas sobre a nova capital. Getúlio, porém, era político de rara habilidade. Em 1940 lançou

um grande programa de desenvolvimento, chamado Marcha para o Oeste. Ao falar sobre o projeto, em Goiânia, referiu-se a obrigatoriedade da instalação, no centro geográfico, do país, de fontes geradoras de expansão econômica. Sobre Brasília, concretamente, não disse qualquer palavra, não fez nenhuma promessa.

Apenas em 1946, no período da redemocratização é que o tema voltou. A mais nova Constituição garantiu a transferência para o Planalto Central e determinou que em curto prazo, fosse constituída nova comissão de técnicos para retomar os primeiros estudos sobre o novo Distrito Federal. O presidente Eurico Gaspar Dutra cumpriu a lei e novo grupo de técnicos foi dirigido pelo general Poli Coelho. A maioria dessa comissão sugeriu a manutenção da zona demarcada por Luis Cruls, derrotando internamente a proposta que queria a cidade no Triângulo Mineiro. Trazida ao Congresso, a discussão ganhou mais força. E o governo Eurico Dutra acabou sem qualquer decisão definitiva sobre o assunto.

Ironicamente, coube ao mesmo Getúlio Vargas — já presidente eleito pelo voto popular — retomar a questão e dar-lhe condições de ser executada. Por decreto, foi criada a Comissão de Localização da Nova Capital, que fez levantamentos aerofotogramétricos detalhados da região. Foi um passo importante que, uma vez mais, esbarrou nos acidentes da história política brasileira. O suicídio de Vargas e os fatos subsequentes da República jogaram novamente no esquecimento o sonho de tirar a capital do Rio de Janeiro. A Comissão, no entanto, continuou existindo e, sob a chefia do marechal José Pessoa, visitou mais uma vez o Planalto Central e sugeriu a área onde hoje está o Distrito Federal. O marechal sugeriu ao presidente Café Filho que baixasse um decreto desapropriando a região. O presidente, não totalmente convencido da necessidade da transferência, não tomou a decisão. A desapropriação da área foi obtida através de decreto estadual, do governador goiano José Ludovico.

O governo de Goiás, inclusive, deu apoio determinante para a construção de Brasília. Identificando os benefícios que a nova capital traria para a região e especialmente para seu Estado, os governantes e políticos goianos, de todos os partidos, travaram inúmeros combates legislativos em busca de apoio à idéia. Presidente eleito, Juscelino Kubitschek contou sempre com o entusiasmo e o trabalho dos goianos em favor da Brasília. Em setembro de 1956, sem maiores solenidades — para não despistar a ira oposicionista — o presidente da República assinou a lei que permitiu a aceleração dos trabalhos para a construção da capital, criando, entre outras coisas, a Companhia Urbanizadora da Nova Capital, a Novacap.

O desafio fora lançado. Menos de um ano e meio depois do comício em Jataí, o candidato de então preparava-se para cumprir o que prometera ao eleitor simples do interior goiano: executar o que mandava a Constituição e realizar o sonho desenvolvimentista de todos os brasileiros.

Nesse tempo, o presidente JK já estava totalmente dominado pela idéia de construir Brasília. Ele, que no seu Plano de Metas não havia incluído essa tarefa, transformou-a no que chamou de uma Meta-Síntese do seu governo. E assim foi, pois a nova capital reuniu em si todos os outros pontos do programa de Juscelino. Estradas, energia, transportes, indústria, geração de empregos, motivação nacional. Tudo o que foi feito pelo país afora por JK, estava sintetizado em Brasília. A partir desta cidade o país começou a mudar radicalmente suas feições. Passou a ser outro Brasil.

A decidir-se pela construção de Brasília, JK não conhecia ainda as profecias de Dom Bosco. Tempos depois, ao ler a obra do padre, impressionou-se com a coincidência de seu sonho com o do santo. Ciente fervoroso, viu nisso mais um sinal de estímulo, um verdadeiro impulso de fé. Além da argumentação política, a fascinação mística da empreitada foi a fonte maior do apoio que recebeu, do entusiasmo com que milhares de pessoas se entregaram ao trabalho. Brasília, por isso, foi também um ato de amor, de entrega total.

No campo político, as coisas não foram fáceis também. O projeto de lei da nova capital levou seis meses para ser aprovado. Opositores do presidente, os deputados udenistas não se dispunham a facilitar a tramitação do projeto. Várias vezes ele dormiu nas gavetas dos representantes da UDN. Somente a paciência, a habilidade e a deter-

JK não conhecia as profecias de D. Bosco. Ciente fervoroso, depois viu nelas um sinal de estímulo, um impulso da fé

minação de JK poderiam fazer com que o projeto fosse aprovado com tempo suficiente para concluir a obra. O projeto, enfim, foi aprovado pela Câmara, com votos udenistas, principalmente goianos. Na diretoria da Novacap, um dos lugares foi destinado a um representante udenista. O deputado Iris Meinenberg foi o primeiro militante da UDN a participar da direção da nova empresa, escolhido pelo presidente, de uma lista tríplice elaborada pelo comando do maior partido oposicionista. Da lista constavam, ainda os nomes dos udenistas Café Filho e Jales Machado.

Tudo definido, JK enfrentaria ainda um novo problema, antes de começar a construção: o pedido de demissão do marechal Pessôa de Queiroz da comissão de localização. O militar queria que a construção se fizesse por etapas. Juscelino, politicamente sensível e conhecedor da história brasileira, sabia que neste país nenhum governante acaba uma obra iniciada por outro. Daí querer começar tudo ao mesmo tempo, para terminar em três anos, transmitir a faixa presidencial a seu sucessor no Palácio do Planalto, sob o céu luminoso do Centro-Oeste. Discordante, o marechal demitiu-se. JK tornou presidente o secretário da comissão, coronel Ernesto Silva, que até hoje vive em Brasília, dedicado agora à paciente tarefa de organizar a memória da cidade.

Durante esse tempo todo, Juscelino não deixou de sobrevoar o Centro-Oeste, especialmente a região do novo Distrito Federal, que ele qualificava como "cenário grandioso, órfão de tudo". Aprovada a lei pelo Congresso, ele resolveu visitar pessoalmente o local, na época conhecido como Sítio Castanho, pela coloração castanha que o identificava nos mapas topográficos. Chegar até lá não era fácil: ia-se de avião até Goiânia, tomava-se um teco-teco para Planaltina e daí, de jipe, chegava-se ao local. O presidente, porém, tinha uma surpresa para a comitiva que lhe acompanhava. Em dois meses, o vice-governador de Goiás, Bernardo Sayão, que já era o principal encarregado de desbravar o terreno da nova capital, havia construído um campo de pousos, aberto no meio do cerrado. Foi neste campo improvisado que o velho DC-3 presidencial pousou, assustando seus passageiros, com a aterrissagem cheia de solavancos.



A construção da nova capital inaugurou outro ciclo migratório. Trouxe gente para o Planalto deserto e deu alento a quem vivia na desesperança.

Era o dia 2 de outubro de 1956. No avião presidencial estavam, entre outros, os generais Teixeira Lott e Nelson da Melo, Antônio Barbino, Israel Pinheiro, Oscar Niemeyer e muitos técnicos. A equipe responsável por esta arrojada voo era composta pelos coronéis Lino Teixeira, Renato Goulart e Celso Rezende Neves, o major Múcio Scorzelli e o capitão Gama e Souza.

Nesta visita, em um de seus momentos de descanso à beira de um córrego, na mata do Gama, JK quase foi picado por uma jararaca. Passado o susto, escreveu no Livro de Ouro de Brasília sua primeira impressão sobre a região. E a frase célebre, hoje esculpida em concreto, no pequeno museu existente na Praça dos Três Poderes: *Deste Planalto Central, desta solidão que em breve se transformará no cérebro das altas decisões nacionais, lanço os olhos mais uma vez sobre o amanhã do meu país e antevejo esta alvorada, com fé inquebrantável e uma confiança sem limites no seu grande destino*".

A partir daí, o presidente passou a visitar Brasília com maior frequência. Entretanto, por não dispor de alojamento adequado, tinha sempre que voltar ao Rio no mesmo dia. Seus amigos resolvem, então, dar-lhe uma casa no Planalto Central. Em tempo recorde de dez dias, com dinheiro emprestado e projeto de Oscar Niemeyer, foi construído o Catetinho, inaugurado por JK no dia 10 de novembro de 1956, no mesmo dia em que brilhou a primeira luz elétrica na nova capital. Todo de madeira, localizado na antiga Fazenda do Gama, o Catetinho foi o primeiro exemplo de fé inquebrantável e da confiança sem limites daqueles pioneiros. Era uma prova material da disposição que traziam, largando tudo para enfrentar sem medo o maior desafio da história moderna brasileira.

Conta-se, da construção do Catetinho, histórias incríveis sobre as dificuldades de vencer os obstáculos físicos da região, para conseguir passar com jipes e tratores pelas picadas abertas no meio de cerrados. Tudo para chegar as tabus e o restante do material que seria empregado na construção da moradia presidencial. A Natureza e a Providência estiveram sempre ao lado dos pioneiros, como no entardecer de um primeiro dia de trabalho, em que choveu granizo quando os homens se preparam para beber uísque quente.

Depois do Catetinho, veio o ritmo alucinante da construção da cidade, com as primeiras picadas se transformando em estradas, as máquinas e os homens se multiplicando em progressão geométrica, os edifícios aparecendo em

meio a fantásticas nuvens de poeira, os ilustres visitantes internacionais se sucedendo com maior frequência, lançando pedras fundamentais de novas construções. A sorte estava definitivamente lançada. O sonho do presidente e de todos os brasileiros começava, pouco a pouco, a transformar-se em realidade. O novo país, finalmente, surgiu do pó e do suor da gente.

Três anos e cinco meses após ter assinado a lei de criação da cidade, Juscelino Kubitschek de Oliveira presidiu a cerimônia de inauguração da nova Capital do Brasil. Cerca de trezentas mil pessoas estiveram nas festividades. Turistas, políticos, funcionários públicos, cidadãos, representantes do corpo diplomático, chefes de Estado, enviados especiais, repórteres, fotógrafos e, sobretudo, brasileiros de todas as unidades da Federação. Gente importante e pessoas humildes, todos queriam ver de perto, ser testemunhas daquela despedida-encontro entre o Brasil velho e o Brasil novo.

Em pouco mais de três anos de trabalho fizera-se uma cidade. Estimava-se em cem mil o número de habitantes de Brasília na época de sua inauguração. Havia sido construído mais de quinhentos mil metros quadrados de área, sem contar cerca de três mil apartamentos, construídos pelos institutos de Previdência, autarquias, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e pela Fundação da Casa Popular. Contrariando as expectativas opositórias, a cidade começo com condições favoráveis de funcionamento. Os registros da Novacap indicavam a existência de: um ginásio para mais de mil alunos, colégios de freira, clubes, lavanderias, trinta farmácias, trinta e cinco agências bancárias, cinco agências de automóveis, quinze restaurantes, sapatarias, dois supermercados, dez piscinas, cinco hotéis, seis boates, inúmeros bares dezessete times de futebol.

Num cenário onde pontificavam árvores retorcidas, cobras e uma fauna peculiar, em pouco mais de três anos havia sido erguida uma cidade nova, esplêndida, que levava ao deslumbramento a quantos tiveram a curiosidade de vir examiná-la com seus próprios olhos. Além dessas condições de habitabilidade, Brasília nascia in-

tegrada ao país e ao mundo, jamais isolada, como insistiam em dizer os partidários da oposição udenista. Havia rede telefônica urbana e interurbana. Os principais edifícios públicos já contavam com mesas PBX. Instalados, também, estavam os sistemas básicos de telegrafia e de microondas. A cidade era viva e não fantasma. As condições de acesso e mesmo de sobrevivência aqui ainda não poderiam ser consideradas ideais, longe disso. Mas diante do que se via era impossível dizer que a capital não poderia ter sido transferida.

As dificuldades eram muitas, principalmente para quem estava deixando uma cidade organizada, como o Rio de Janeiro, que durante duzentos anos havia sido sede dos governos nacionais. A pressa com que JK queria fazer a transferência do Rio para Brasília sacudia muita gente, principalmente os que estavam acomodados ao sistema de vida carioca. Por isso, mesmo com a cidade pronta para ser inaugurada e com a determinação de JK em presidir a solenidade da transferência da Capital no dia 21 de abril de 1960, houve problemas para que assim se fizesse.

E bom lembrar que, após assumir, Juscelino, ao mesmo tempo em que se entregava a fazer obras e incentivar o desenvolvimento econômico brasileiro, tinha tomado igualmente a decisão de pacificar o país, lançar os fundamentos de uma estrutura democrática que pudesse perdurar no futuro. Eleito num período político de muitas conturbações, originadas com o suicídio do presidente Getúlio Vargas, JK, em termos políticos, preocupou-se em fazer da negociação a única forma viável de entendimento entre correntes antagônicas de pensamento. Cuidou de transformar as eleições na única trilha possível de legitimação da representação popular no país. E assim foi feito: houve eleições legislativas na metade do seu governo e eleições presidenciais quando seu mandato estava prestes a expirar. Os dois pleitos, além de terem transcorridos pacificamente, tiveram seus resultados plenamente acatados.

Assim, com um regime funcionalista na plenitude da independência de seus três poderes básicos, era natural que a vontade do presidente não se impusesse, fosse criticada, e muitos tentassem, inclusive, derrubar no Congresso os desejos presidenciais. A transferência da Capital do Rio para Brasília foi um exemplo disso. A mudança somente foi autorizada após intensos debates no plenário da Câmara dos Deputados, de intermináveis negociações entre os líderes do Executivo com seus aliados e com a Oposição. Tudo

servia como motivo para atrasar a transferência. Propostas como a do senador Othon Mader, da UDN, feita em 1958 e determinando a transferência apenas em 1970, foram trazidas novamente à cena. A aprovação da mudança ocorreu a 13 de abril de 1960, oito dias antes da data solicitada por JK. O governo do novo Estado da Guanabara, cavalo de batalha das discussões partidárias, acabou sendo entregue a um homem apartidário, para que ninguém atrasasse mais o projeto de mudança.

O embaixador José Sette Câmara, então chefe da Casa Civil da Presidência da República foi escolhido para governar o novo Estado até a realização das eleições para escolha de um governador definitivo. Sua indicação foi providencial para que JK pudesse resolver harmonicamente o problema e garantir sem maiores sustos que a inauguração de Brasília se fizesse conforme as previsões oficiais. No dia 21 de abril, homenageando o mártir da Independência, Tiradentes, o fato foi festivamente comemorado. O sonho do alferes revolucionário foi concretizado. Quis o destino que seu executor fosse também um homem nascido nas Minas Gerais.

As 23 horas e 30 minutos do dia 20, em altar armado na praça dos Três Poderes, realizou-se uma missa campal para abençoar a nova Capital. A cruz sob a qual rezaram os representantes da Igreja Católica era a mesma utilizada quatro séculos antes pelos descobridores na primeira missa rezada no Brasil. Havia sido trazida da diocese de Braga, em Portugal, onde era tida como refúgio. Após a cerimônia já nos primeiros minutos do dia 21, acenderam-se as luzes da cidade. Um espetáculo indescritível. Brasília, de repente, projetou sua luz intensa sobre o cerrado, iluminando o Planalto Central. Juscelino então chorou.

Tempo depois, ele mesmo

narrou esse fato: "Vivendo aquele tumulto de emoções, não conseguia desfazer um aperto que sentia na garganta, e que se refletia até na entonação da minha voz. Quando os ponteiros marcaram 20 minutos do dia 21 de abril, e vi o espetáculo de som e cores que armara no céu e, olhando em torno, vi a multidão contrita e com lágrimas nos olhos, não consegui me conter. Cobri o

rosto com as mãos e, quando dei fôlego a mim, as lágrimas corriam dos meus olhos".

Os primeiros meses de 1957 foram testemunhas de um até então desconhecido entusiasmo com o trabalho e com uma idéia.

Atraidos pela possibilidade de emprego, nordestinos, mineiros, goianos, nordestinos, mineiros, abandondavam seus lugares de origem e se deslocavam para aquele pequeno retângulo existente no mapa do Brasil, com a denominação de Distrito Federal. As maiores empresas nacionais da construção civil instalavam seus acampamentos, traziam máquinas e entregavam-se ao ritmo de trabalho de JK: um ritmo alucinante, onde os momentos de descanso eram muito raros. O presidente dera o prazo de três anos para a construção da cidade. Queria inaugurar-a ainda em seu mandato. Para tanto, dispôs-se a fiscalizar pessoalmente o andamento das obras, supervisionar tudo.

Com seu novo avião (trocara o velho DC-3 por um Viscount; mais rápido), cruzava os ares três,

quatro vezes por semana para ver de perto como marchavam as coisas. Descia no aeroporto, subia num jipe e sala pelos canteiros de obra. Como necessitava dar expediente no Rio de Janeiro, suas visitas eram frequentemente feitas à noite. Simples, para conversar com o mais humilde dos cidadãos, para dar um abraço e dizer palavras de estímulo. A ligação de JK com Brasília era apenas a de um Chefe de Governo que determinou a execução de uma tarefa e esperou para vê-la realizada ao fim de um prazo determinado. Ele queria acompanhar pessoalmente tudo, por isso aproveitava todos os momentos livres para ver a gestação da sua cidade. Juscelino conhecia, por dentro, a história de cada metro de cimento de sua Brasília. Sua participação foi fundamental para que tudo saisse conforme o combinado.

O concurso para escolha do projeto do Plano Piloto já havia sido realizado e a proposta de Lúcio Costa aprovada. Para uma idéia ouvida, um projeto simples, capaz de traduzir em poucas e despretensiosas linhas o sentimento realmente revolucionário que tomaria conta do país partir do lançamento da pedra fundamental de Brasília. O ano de 1957 assistiu à materialização do sonho de JK e ao detalhamento prático da cidadia teórica de Lúcio Costa, um casamento perfeito entre o gênio do artista e a determinação do político. Brasília passava a ser uma proposta irreversível.

Contam-se, desse período, lendas e histórias fantásticas de materiais de construção transpor-

tados por via aérea, de pessoas que vinham, faziam fortuna rápido às custas do erário público e depois retornavam a seus lugares de origem, deixando obras pela metade, inacabadas. A loucura de JK se transformaria numa gigantesca cidade fantasma, seria o túmulo daquele político que julgava ser o único entre os brasileiros capaz de entender o futuro grandioso que estava a espera do país.

As campanhas contra Brasília foram muito fortes, mas não conseguiram ter êxito. A dedicação com que milhares de brasileiros se entregavam à tarefa de construir a nova capital acabou por neutralizar todos os movimentos contrários à construção. As verificações de contas que foram feitas durante a execução do projeto e depois dele, determinadas estas últimas pelo capricho de um sucessor sem a mesma grandeza de espírito, nada provaram. Ao contrário, o passar do tempo serviu apenas para que os brasileiros ficassem convencidos da validade e da certeza das intenções de JK.

Homem de fé entranhada, Juscelino quis logo que as obras fossem abençoadas pelo espírito religioso. A primeira missa de Brasília, como a primeira missa do Brasil, foi realizada num 3 de maio. O ano de 1957 repetiu a religiosidade dos descobridores do país. Num altar armado ao pé do cruzeiro até hoje existente na cidade, de frente para um imenso toldo sob o qual se abrigavam cerca de quinze mil pessoas, dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota rezou a primeira missa de Brasília. O ato, revestido de toda pompa, foi assistido por um público heterogêneo, onde se misturavam políticos, engenheiros, cidadãos humildes sujos de poeira e colonáveis riamamente vestidos. O grande domo do Rio e de São Paulo desfilou sua elegância nesse dia. Para completar o quadro, trazidos da Iha do Bananal, índios Carajás, com suas pinturas de festa, vieram a Brasília homenagear o Grande Chefe Juscelino.

Dom Carmelo Mota destacou a grandiosidade da obra, que nascia sob as bênçãos da Cruz. Juscelino, em discurso, deu mais uma dose de otimismo a quantos se integravam ao projeto. A tarde, depois da missa, mais um sinal de que Brasília surgia protegida por forças supremas: um violento temporal caiu sobre a cidade, derrubando o toldo que havia sido armado para a missa. Já não havia mais ninguém sob ele. O prejuízo foi apenas material, com bancos e altar quebrados pela força da natureza. JK refletiu sobre o acontecido e voltou para o Rio de Janeiro convencido de que contava com apoio divino para realizar sua tarefa.



Catetinho: a primeira residência oficial



As meninas: alegria dos candangos